


### **III REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO BRASIL-PERU**

#### **SOBRE INTEGRAÇÃO FÍSICA E TRANSPORTES**

#### **ATA**


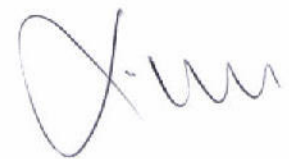
Realizou-se em Rio Branco, Brasil, nos dias 24 e 25 de novembro de 1999, a III Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Integração Física e Transportes. A lista completa dos participantes encontra-se no Anexo I desta Ata.

O encontro teve início em sessão solene, aberta pelo Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, que fez breve exposição sobre o Acre, suas perspectivas de desenvolvimento e sua inserção internacional. A referida sessão também abriu a instalação do I Comitê de Fronteira Brasil-Peru, entre as cidades de Assis Brasil e Iñapari, e a I Missão de Integração Fronteiriça, formada por empresários peruanos em visita aos Estados do Acre e de Rondônia.



Em seguida, o Chefe da Delegação brasileira, Embaixador José Viegas Filho, deu as boas vindas aos participantes da reunião e em particular à Delegação peruana. Em suas considerações iniciais, recordou a prioridade conferida pelo Brasil ao aprofundamento da integração com os países vizinhos e destacou o papel decisivo da interconexão viária para sua concretização. Expressou sua satisfação com a intensificação das relações com o Peru e enfatizou a importância de dar seguimento às ações determinadas no Plano de Ação de Lima. Agregou ainda que a implementação da interligação viária entre os dois países deverá ter efeito catalisador das relações bilaterais.

O Chefe da Delegação peruana, Embaixador Jaime Stiglich, agradeceu as palavras do Chefe da Delegação brasileira e reafirmou a grande



importância que seu país atribui às relações com o Brasil. Sublinhou que o Peru vem atribuindo crescente importância à implementação da interconexão viária com o Brasil e comunicou que estão ocorrendo avanços substanciais em seu país com vistas à sua concretização.

Em seguida foi aprovado o projeto de agenda da reunião, que consta do Anexo II desta Ata.

### **Interconexão Rodoviária entre o Brasil e o Peru**

As Delegações intercambiaram amplas informações sobre o estado atual de diferentes alternativas de integração viária entre os dois países.

Sobre o corredor Assis Brasil-Iñapari-Puerto Maldonado-Ilo/Matarani, prioritário para a interconexão rodoviária entre o Brasil e o Peru, a Delegação brasileira lembrou que a conexão do ponto de fronteira Iñapari-Assis Brasil com o sistema rodoviário brasileiro se dá via BR-317, na qual o trecho de 111 km entre Assis Brasil e Brasiléia acha-se pendente de obras de construção e asfaltamento. Incluídas entre as obras prioritárias do Governo Federal, a sua realização conta com previsão orçamentária de R\$ 33,5 milhões no atual Plano Plurianual de Aplicações – PPA 2000, ora em trâmite para o Congresso Nacional

A Delegação brasileira manifestou seu interesse na utilização do corredor multimodal Manaus-Iquitos-Sarameriza-Paita, dado o impulso que a navegação comercial no rio Amazonas/Solimões poderá vir a receber. Para tanto seria conveniente que, no âmbito do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Interconexão Fluvial, se fizesse uma releitura do Convênio sobre Transporte Fluvial e que fossem acertados procedimentos mais ágeis para a navegação nessa via.





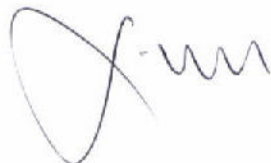
Destacaram ainda o interesse na conclusão da ligação Ilo-Desaguadero-La Paz (Bolívia) que, com a futura construção de estradas no interior boliviano, deverá servir como nova alternativa de ligação rodoviária entre o Brasil e o Peru.

O Governo do Estado do Acre, através de sua representação, fez breve exposição das políticas regionais de desenvolvimento integradas às políticas federais, contempladas no Plano Plurianual 2000/2003 – PROGRAMA AVANÇA BRASIL, no que concerne à integração física e de transportes. A íntegra dessa apresentação constitui o Anexo III desta Ata, onde são sugeridas prioridades para o trabalho futuro do Grupo de Trabalho de Integração Física e Transportes.

A Delegação peruana informou a parte brasileira sobre a situação dos corredores de interconexão viária com o Brasil, explicando que diversos fatores, como a solução dos assuntos pendentes com o Equador e a necessidade de concluir a restauração dos trechos afetados pelo fenômeno “El Niño” em 1998, obrigaram a deslocar as prioridades para a canalização de recursos financeiros para a realização de estudos e obras, sem que isso afete a prioridade estratégica desses corredores.

Nesse sentido, informou aos participantes do encontro sobre a iminente conclusão, em princípios do ano 2000, da rodovia asfaltada que une Ilo e Desaguadero à fronteira com a Bolívia. Essa rodovia possibilitará, através do território boliviano, o acesso aos portos do Pacífico para as regiões mais ao sul do Brasil.

Além disso, informou que até o fim do ano devem ser concluídos os 15 km de via implantada que faltam para terminar a construção do trecho Puerto Maldonado-Iberia-Iñapari, cuja importância reside em permitir o acesso, por todo o ano, das populações do Departamento de Madre de Dios até

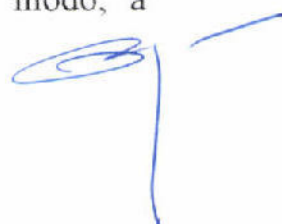
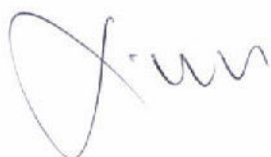


Assis Brasil. A respeito desse eixo de integração viária, recordou que proximamente serão iniciados os estudos, com financiamento da CAF, que estabelecerão o alcance das obras e os montantes de investimento para a pavimentação de um trecho de 728 km entre Urcos-Puerto Maldonado-Iñapari.

Considerando que, com as informações fornecidas pela Delegação brasileira a respeito da pavimentação de trecho de 111 km da BR-317, entre Brasília e Assis Brasil, os sistemas viários de ambos os países estarão em condições de se integrar em um futuro próximo na região de Assis Brasil-Iñapari, a Delegação peruana sugeriu que se avance na criação das condições que permitam o uso desse corredor de integração no mais breve prazo possível. Para isso, propôs que a parte brasileira leve ao conhecimento da parte peruana, pela via diplomática, a informação que permita futuramente a operação em Assis Brasil/Iñapari de um centro integrado de fronteira, nos moldes daqueles existentes entre o Brasil e os países do MERCOSUL. Além disso, sugeriu que, para a IV Reunião do Grupo de Trabalho sobre Integração Física e Transportes, as partes tragam propostas e alternativas técnicas e financeiras para a construção de uma ponte internacional sobre o rio Acre, o que permitirá a continuidade do tráfego por esse corredor de integração por todo o ano. As partes acordaram ainda examinar a conveniência de assinar, oportunamente, um acordo de transporte terrestre fronteiriço.

As Delegações do Brasil e do Peru coincidiram na necessidade de que ambos os países apresentem conjuntamente, à Corporación Andina de Fomento (CAF), um pedido de financiamento para a construção do trecho rodoviário Urcos-Puerto Maldonado-Iñapari.

A parte brasileira fez entrega à Delegação peruana do documento "Corredores Estratégicos de Desenvolvimento – Relatório Final" (1999), elaborado pelo GEIPOT e acompanhado de mapa. Do mesmo modo, a





Delegação peruana entregou o documento "Posibilidades y Alternativas de Vinculación entre Brasil y Perú".

### **Criação do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Interconexão Fluvial**

Nos termos do Plano de Ação de Lima, as Delegações decidiram convocar a I Reunião do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Interconexão Fluvial entre os dois países, subordinado ao Grupo de Trabalho sobre Integração Física e Transportes e integrado por representantes dos setores público e privado. A respeito, a Delegação brasileira sublinhou a utilidade de referido mecanismo frente às perspectivas de intensificação do transporte fluvial na região.

Foi discutida na ocasião agenda preliminar, que incluiria temas como o exame do Convênio sobre Transporte Fluvial e o estabelecimento de normas e procedimentos técnicos para a navegação visando a imediata facilitação do transporte fluvial entre o Brasil e o Peru.

A Delegação brasileira propôs que a I Reunião do Grupo *Ad Hoc* sobre Interconexão Fluvial seja realizada em Manaus no primeiro semestre de 2000, em datas a serem acertadas de comum acordo.

### **Convênio sobre Transporte Fluvial**

Ambas as Delegações destacaram a necessidade de atualizar o Convênio sobre Transporte Fluvial firmado entre os dois países em 1976. A Delegação brasileira apresentou à Delegação peruana proposta de Ajuste Operacional para agilizar o transporte fluvial entre os dois países, conforme

consta do Anexo V. A Delegação do Peru comprometeu-se a examinar a referida proposta e a reagir à mesma com a brevidade possível.

**Projeto de Regras Operacionais entre a Marinha do Brasil e a Marinha de Guerra do Peru sobre o Trânsito de Embarcação Militar e Embarcação Civil a serviço das Forças Armadas ou Policiais, utilizada para o transporte de tropas e material de emprego militar, em águas fluviais fronteiriças, e sobre a visita a portos**

A Delegação brasileira manifestou seu interesse em assinar o mais breve possível o referido Memorando e reiterou o interesse na inclusão do direito de sobrevôo, das aeronaves que operam embarcadas, no texto do documento. Consta, no Anexo VI, a posição brasileira sobre o assunto.

Após as propostas feitas pela Marinha do Brasil, o referido documento foi objeto de nova avaliação por parte da Marinha de Guerra do Peru, cujo representante declarou, em princípio, não existir inconveniente para a assinatura do novo Memorando de Entendimento, fato que será comunicado oficialmente pelo Peru nos próximos dias.

**Requisitos de Segurança das Embarcações que Operam na Região Amazônica**

Com o aumento do tráfego fluvial na região amazônica e, à semelhança do que já ocorre na Hidrovia Paraguai-Paraná, a Delegação brasileira reiterou a necessidade do estabelecimento de normas comuns relativas não só à segurança das embarcações, mas também a outros temas,



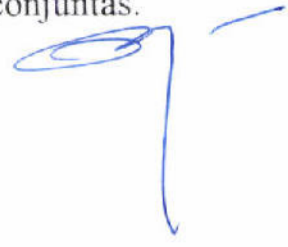

como o meio ambiente, em concordância com as práticas e regras internacionais.

O representante da Autoridade Marítima Brasileira concordou com a sugestão do representante da Autoridade Marítima Peruana no sentido do fornecimento recíproco das normas que regem a segurança da navegação, da prevenção da poluição hídrica e da formação dos tripulantes.

O representante brasileiro enfatizou a necessidade de se estabelecer normas que contemplassem a realidade regional, particularmente com relação às embarcações artesanais e fez entrega de um CD contendo todas as normas vigentes no Brasil, emanadas do Representante Nacional da Autoridade Marítima, o Diretor de Portos e Costas. Apresentou, ainda, a relação de documentos e o título dos documentos já aprovados para a navegação na Hidrovia Paraguai-Paraná.

A Delegação peruana informou que seu país, do mesmo modo que o Brasil, fornece certificados, através da respectiva Autoridade Marítima, em cumprimento dos diferentes convênios internacionais de segurança da vida humana, prevenção da contaminação da água e formação, titulação e guarda de pessoas que formam as tripulações das embarcações, as quais devem seguir padrões mínimos dispondo que as Autoridades Marítimas e Fluviais detenham as embarcações quando apresentem deficiências segundo o Acordo de Viña del Mar ("Estado Rector del Puerto"-"State Port Control").

Ambas as Delegações recomendaram que Brasil e Peru intercambiem suas normas e dispositivos sobre segurança, proteção das águas e formação dos tripulantes, a fim de verificar a factibilidade de uniformizar critérios e elaborar normas conjuntas.

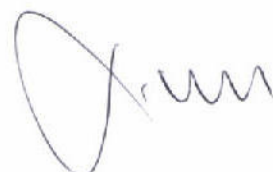


## **Praticagem nos rios Amazonas/Solimões**

A Delegação brasileira recordou a determinação da Marinha do Brasil de que a partir de 23 de julho do ano 2000 a praticagem de todas as embarcações estrangeiras na bacia do rio Amazonas/Solimões será obrigatoriamente realizada por práticos brasileiros, nos mesmos termos da Ata da II Reunião do Grupo de Trabalho sobre Integração Física e Transporte. A esse respeito, destacou a necessidade de acertos anteriores a essa data.

Ainda, o representante brasileiro sugeriu um entendimento entre as empresas de navegação peruanas e as praticagens do rio Amazonas e Solimões no sentido de estabelecer, com brevidade, os acordos comerciais adequados, visando a que as embarcações peruanas recebam o mesmo tratamento que as brasileiras. Sugeriu que os entendimentos fossem feitos por meio do Conselho Nacional de Praticagem colocando-se à disposição para estabelecer os contatos necessários com aquela organização. Acrescentou ainda o representante brasileiro que todo entendimento será norteado pelo princípio da reciprocidade e que esse esforço contará com o respaldo da Autoridade Marítima Brasileira.

A Delegação peruana informou que, de acordo com as regulamentações da Autoridade Marítima Peruana vigentes, a praticagem nos rios peruanos é obrigatória para toda embarcação estrangeira que ingresse nas águas daquele país, exigindo-se, até um mês atrás, dois práticos a bordo. No intuito de conceder maiores facilidades às embarcações estrangeiras, em especial as de bandeira brasileira, a parte peruana comunicou que a partir desta data se permite a presença de apenas um práctico, desde que a embarcação brasileira esteja comandada por um patrão fluvial devidamente



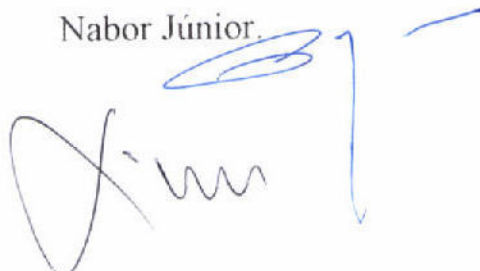


habilitado pela Autoridade Marítima Brasileira. Tal medida reduzirá os custos de operação e redundará no aumento do tráfego fluvial entre os dois países.

Nesse sentido, e tomando conhecimento da decisão da Autoridade Marítima Brasileira de também exigir, a partir do próximo ano, a presença obrigatória de dois práticos por embarcação estrangeira, a Delegação peruana recomenda que seja levada em consideração a facilidade oferecida pela Autoridade Marítima Peruana no tocante à praticagem fluvial dado que, como foi indicado anteriormente, a tendência é a redução dos custos de operação. Caso contrário, os altos custos da navegação fluvial entre os dois países afetará o comércio fluvial entre o Brasil, o Peru e terceiros países.

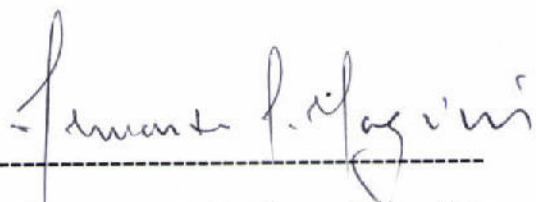
Uma vez concluídos os temas da agenda, foi declarada encerrada a III Reunião do Grupo de Trabalho sobre Integração Física e Transportes. A Delegação brasileira saudou a todos os delegados por seus aportes. A Delegação peruana agradeceu a recepção e felicitou o Ministério das Relações Exteriores do Brasil pela organização do evento.

As duas Delegações agradeceram o forte apoio prestado pelo Governo do Acre e pelo SEBRAE/Acre para a realização da reunião. Foram ainda recebidas com especial satisfação a saudação unânime da bancada do Estado do Acre no Senado Federal, enviada aos participantes da reunião do Grupo de Trabalho pelos Senadores do Brasil Marina Silva, Tião Viana e Nabor Júnior.




As Delegações decidiram realizar a IV Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Integração Física e Transportes no próximo ano, em data e local a serem acertados pelos canais diplomáticos.

Rio Branco, 25 de novembro de 1999



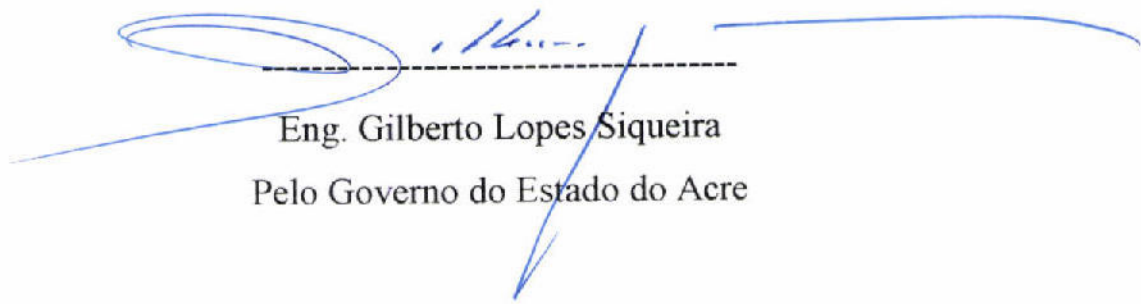
---

Ministro Fernando Simas Magalhães  
Pela Delegação do Brasil



---

Dr. Luis Alberto Oliveros  
Pela Delegação do Peru



---

Eng. Gilberto Lopes Siqueira  
Pelo Governo do Estado do Acre



## ANEXO I

### DELEGAÇÕES

#### **Delegação brasileira**

- **Embaixador José Viegas Filho:** Embaixador do Brasil em Lima
- **Ministro Fernando Simas Magalhães:** Chefe da Divisão da América Meridional-II do Ministério das Relações Exteriores
- **Marcos Antônio Lima das Neves:** Coordenador-Geral do Departamento de Transportes Rodoviários (DTR) do Ministério dos Transportes
- **Wanderly Manso de Almeida:** Chefe da Assessoria Internacional do GEIPOT/Ministério dos Transportes
- **Luiz de Souza Cavalcanti:** Chefe da Divisão de Outorgas e Supervisão de Transportes do Departamento de Hidrovias Interiores do Ministério dos Transportes
- **Capitão-de-Mar-e-Guerra (RRm) Milton Benevides dos Guaranys:** Assessor de Política Marítima da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil
- **Capitão-de-Fragata Paulo Cezar de Quadros Küster:** Assessor da Divisão de Assuntos Marítimos do Estado-Maior da Armada
- **Eng. Gilberto Lopes Siqueira:** Secretário de Planejamento e Coordenação do Governo do Estado do Acre
- **Eng. José Otávio Francisco Parreira:** Secretário-Executivo de Hidrovias e Aerovias do Governo do Estado do Acre
- **Prof. Tácio de Brito:** Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Acre-DERACRE

- **Secretário Paulo Henrique Gonçalves Portela:** Divisão da América Meridional-II do Ministério das Relações Exteriores

#### **Delegação peruana**

- **Embaixador Jaime Stiglich:** Diretor-Executivo do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores
- **Dr. Luis Oliveros:** Assessor da Direção Nacional de Desenvolvimento Fronteiriço e Limites do Ministério das Relações Exteriores
- **Conselheiro Augusto Arzubiaga:** Chefe de Promoção da Direção de Desenvolvimento Fronteiriço do Ministério das Relações Exteriores
- **Primeiro-Secretário Alejandro Ugarte:** Chefe do Departamento de Brasil e Paraguai da Direção de Américas do Ministério das Relações Exteriores
- **Capitão-de-Navio Jorge Olaechea Roldán:** da Direção Geral de Capitâneas e Guarda-Costeira da Marinha de Guerra do Peru
- **Econ. Justo Raul Romo Herrera:** Diretor-Executivo da Direção Geral de Transporte Aquático do Ministério dos Transportes, Comunicações, Habitação e Construção
- **Ing. Pablo Humberto Rojas Ruiz:** Presidente do Conselho Transitório de Administração Regional de Loreto, Ministério da Presidência.



## **ANEXO II**

### **AGENDA**

- **Interconexão Rodoviária entre o Brasil e o Peru**
- **Criação do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Interconexão Fluvial**
- **Convênio sobre Transportes Fluviais**
- **Memorando de Entendimento sobre as Regras Operacionais entre a Marinha do Brasil e a Marinha de Guerra do Peru sobre o Trânsito e Visita de Navios de Guerra de Ambos os Países**
- **Requisitos de Segurança das Embarcações que Operam na Região Amazônica**
- **Praticagem nos rios Amazonas/Solimões**

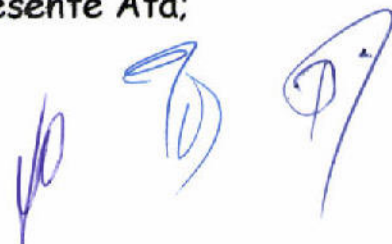
### ANEXO III

O Governo do Estado do Acre através de sua representação, fez uma breve exposição das políticas regionais de desenvolvimento integradas às políticas federais, contempladas no PLANO PLURI ANUAL 2000 /2003 - PROGRAMA AVANÇA BRASIL, no que concerne a integração física e de transportes. Resumidamente as informações foram as seguintes:

1 - Nos EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO, o Estado do Acre possui importância estratégica por sua posição geográfica na Amazônia, fazendo fronteira com o Peru e a Bolívia e, por ser o Estado brasileiro mais próximo do Oceano Pacífico, favorecendo os intercâmbios comercial, cultural e turístico entre os Países. Portanto está sendo considerado no estudo dos EIXOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (documento básico do Ministério do Orçamento e Gestão do Governo brasileiro que orienta os investimentos no PPA 2000/2003). Ver Mapa I, em anexo, parte integrante da presente Ata;

2 - A afinidade de propósito da integração viária binacional Brasil - Peru, através do Estado do Acre e a decisão do **Excelentíssimo Senhor Presidente da República Dr. Fernando Henrique Cardoso** em materializá-la no seu governo e na administração do **Excelentíssimo Senhor Governador Jorge Viana** foi expressa ao governo Peruano na pessoa do **Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Peru Alberto Fujimori**, quando da reunião binacional realizada em Julho do corrente ano na cidade de Lima;

3 - Em continuidade à reunião de Lima, e na visita do **Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso** ao Estado do Acre, em agosto do corrente, foi firmado PROTOCOLO com vistas a concretizar a pavimentação da Rodovia Federal BR 317, conforme Anexo I, parte integrante da presente Ata;



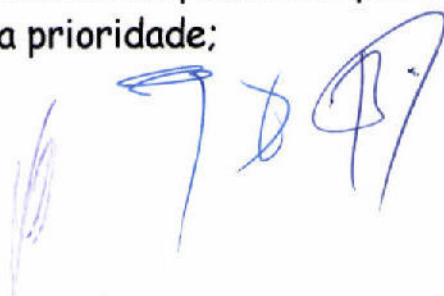


4 - Diante das prioridades estabelecidas, e tendo o Estado do Acre as condições objetivas para gerenciar a integração viária em território Acreano, o Governo Federal através do Ministério dos Transportes/ Departamento Nacional de Estradas e Rodagem- DNER, delegou ao Ministério da Defesa através de convênio, posteriormente sub-rogado ao Governo do Estado do Acre a administração das rodovias federais existentes. Nesse sentido, o Governo Estadual passa a ser parte fundamental na interlocação Brasil-Peru no tocante a integração física e de transportes entre os dois Países;

5 - Após o Convênio de sub-rogação citada anteriormente, e com apoio do Governo Federal através do Ministério dos Transportes/ DNER, serão aportados recursos nos orçamentos federal e estadual, permitindo que o Brasil concretize a pavimentação da BR - 317 no trecho Brasília - Assis Brasil (111 Km) até Maio de 2001, desta forma, concluindo o compromisso brasileiro de interligação viária, pelo Estado do Acre, resultante dos diversos protocolos firmados entre os dois Países.

A representação do Governo do Estado do Acre solicitou a inclusão das seguintes prioridades entre as decisões da III Reunião de Integração Física e Transportes Brasil- Peru:

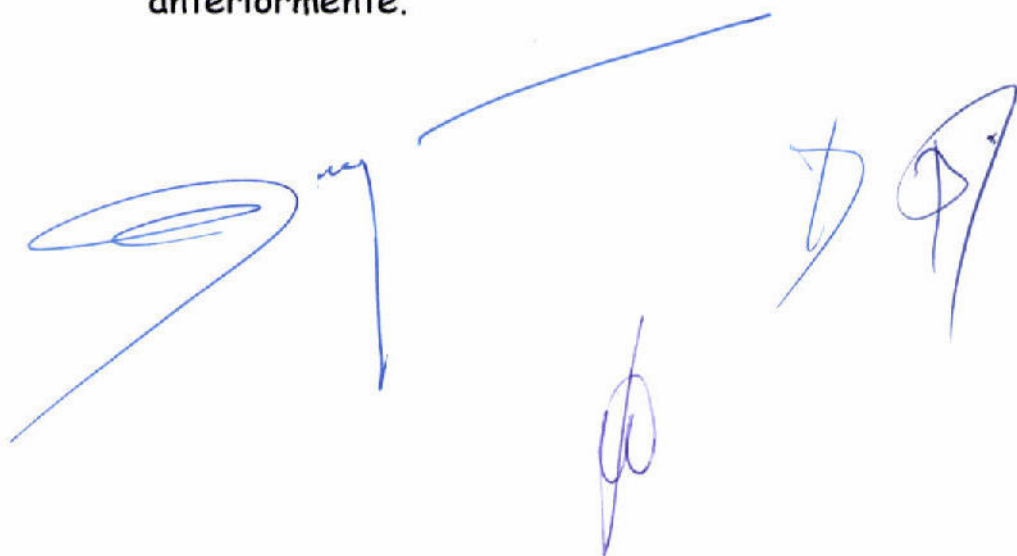
1 - Prioridade para o desenvolvimento fronteiriço da região Pucallpa/ Cruzeiro do Sul, tendo em vista a decisão do Governo do Estado do Acre em promover a integração social e econômica interna através da pavimentação da rodovia federal BR - 364 no trecho Sena Madureira/ Cruzeiro do Sul (aproximadamente 560 Km) e ainda posicionamento da Delegação Peruana em também promover a integração interna no Departamento Loreto e Ucayali. Portanto, devesse ser incluída na pauta das próximas reuniões binacionais, a referida prioridade;



2 - Brasil - Peru tenham estabelecidos como PRIMEIRA PRIORIDADE, reafirmando documentos anteriores, a interligação viária através do CORREDOR INTEROCEÂNICOS Matarani - Juriaca - Puerto Maldonado- Iñapari / Assis Brasil - Brasiléia - Rio Branco, conforme Mapa II, parte integrante da presente Ata;

3 - Iniciar imediatamente a implantação do alfandegamento em Assis Brasil e Iñapari, tendo em vista a conclusão da pavimentação nos próximos 18 meses da BR - 317. A habilitação deste ponto de fronteira inicia-se com um processo Alfandegário, envolvendo basicamente do lado Brasileiro a Receita Federal, Polícia Federal e os Ministérios da Agricultura e da Saúde. É imprescindível que os Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países articulem os Ministérios Setoriais envolvidos no assunto, no sentido de assegurarem até Maio de 2001 os recursos humanos e financeiros, necessários à legalidade entre das transações econômicas e culturais entre os dois países ;

4 - O Governo brasileiro emprestará ao Governo Peruano apoio necessário à viabilização de financiamento de Organismos Multilaterais de Fomento ou de Agências Brasileiras, visando a implantação definitiva do CORREDOR INTEROCEÂNICOS citado anteriormente.

Four handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom of the page. The signatures are stylized and appear to be of different individuals. One signature on the left is a large, sweeping loop. Another signature in the center is a simple, vertical stroke. The two signatures on the right are more complex, with multiple loops and flourishes.



Mapa 1

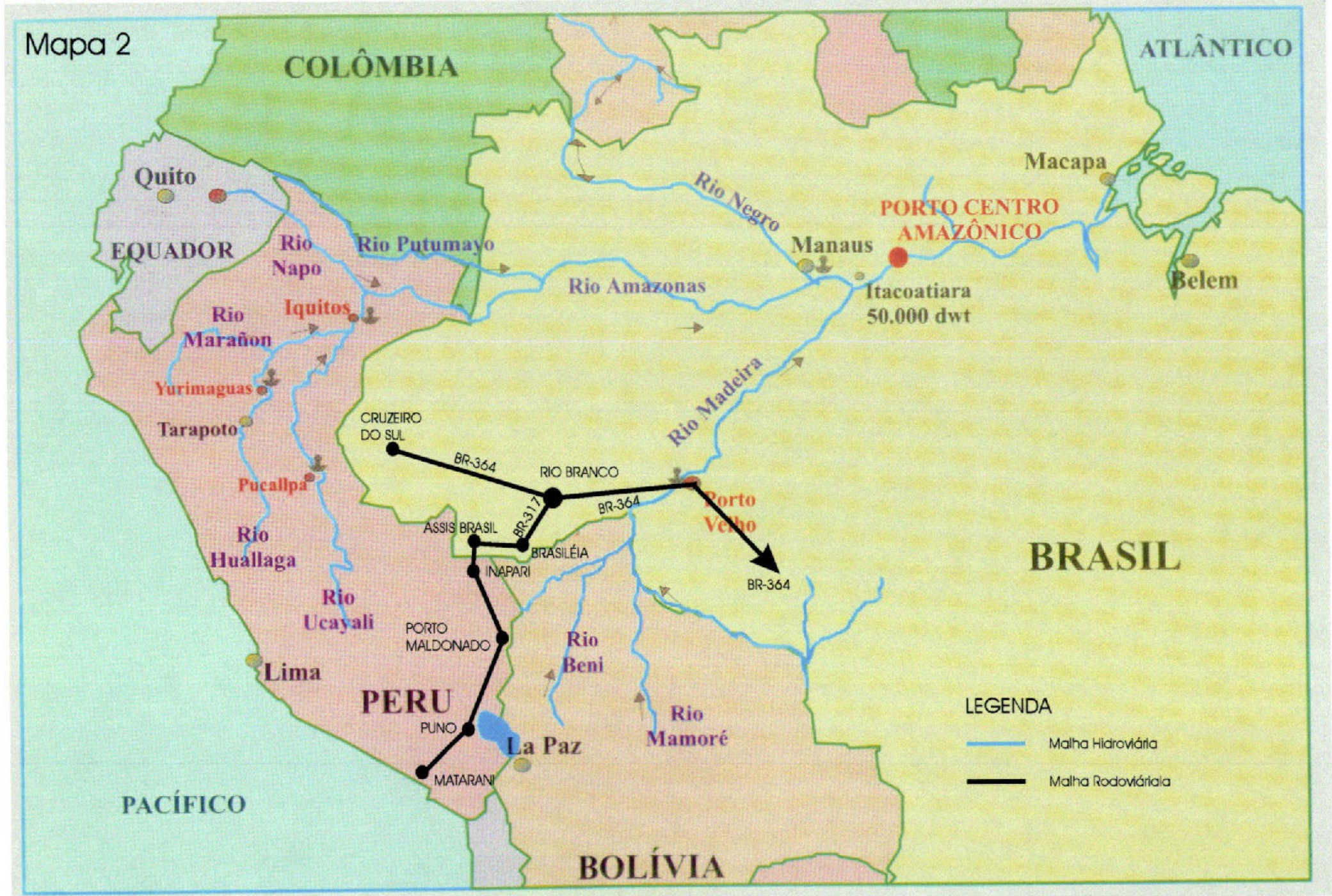
## Elxos Nacionais de Integração e Desenvolvimento





# MAPA MULTIMODAL INTEROCEÂNICO

Mapa 2





## INSTALAÇÃO DO I COMITÊ DE FRONTEIRA BRASIL-PERU

### ATA

Realizou-se em Rio Branco, em 25 de novembro de 1999, a reunião de instalação do I Comitê de Fronteira Brasil-Peru. A lista completa dos participantes encontra-se no Anexo I desta Ata.

O encontro teve início em sessão solene, realizada em 24 de novembro de 1999 e aberta pelo Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, que fez breve exposição sobre o Acre, suas perspectivas de desenvolvimento e sua inserção internacional. A referida sessão também abriu a III Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Integração Física e Transporte e a I Missão de Integração Fronteiriça, formada por empresários peruanos em visita aos Estados do Acre e de Rondônia.

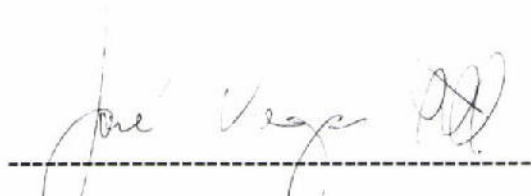
Dando início aos trabalhos da reunião de instalação do Comitê de Fronteira, o Chefe da Delegação brasileira deu as boas-vindas à Delegação peruana. Em seguida, recordou a prioridade conferida à cooperação amazônica e fronteiriça no contexto das relações bilaterais e destacou a grande importância do Acre para a maior dinamização do relacionamento Brasil-Peru. Nesse sentido, sublinhou a alta relevância da criação e instalação do I Comitê de Fronteira Brasil-Peru, entre as cidades de Assis Brasil e Iñapari.

O Chefe da Delegação peruana, ao agradecer as palavras do Chefe da Delegação brasileira, coincidiu quanto à importância da criação e instalação do Comitê de Fronteira Brasil-Peru tanto de nível de Governos centrais como também para as autoridades regionais e locais de ambos os lados da fronteira e para os habitantes dessas regiões.



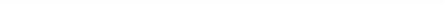
Os Chefes das Delegações declararam instalado o Comitê de Fronteira Assis Brasil-Iñapari e concordaram com a realização de sua I Reunião na cidade de Iñapari, em data a ser acertada pelos canais diplomáticos.

Rio Branco, 25 de novembro de 1999



---

Embaixador José Viegas Filho  
Chefe da Delegação Brasileira



---

Embaixador Jaime Stiglich  
Chefe da Delegação Peruana



## ANEXO IV

### **PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, COM VISTA NA PAVIMENTAÇÃO DAS RODOVIAS FEDERAIS BR 364 E BR 317.**

A **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL**, representada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República **Dr. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**, e o **GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador **JORGE VIANA**, resolvem celebrar o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, com o escopo de garantir a pavimentação das rodovias federais BR 364 ( trecho Cruzeiro do Sul – Rio Branco ) e BR 317 ( trecho Brasileia – Assis Brasil/ ligação com o Peru), mediante a seguinte parceria:

#### **1. DO OBJETO:**

Assegurar recursos anualmente nos Orçamentos da União e do Estado para a pavimentação das rodovias federais BR 364 ( trecho Cruzeiro do Sul – Rio Branco ) e BR 317 ( trecho Brasileia – Assis Brasil/ ligação com o Peru).

#### **2. DA PARCERIA**

Para a consecução do objetivo almejado pela presente demonstração de vontade, as partes se comprometem a:

- I. enviar esforços para abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 10 milhões para a BR – 364 ( trecho Cruzeiro do Sul – Rio Branco ) e R\$ 10 milhões para a BR – 317 ( trecho Brasileia – Assis Brasil/ ligação para o Peru ), totalizando crédito suplementar de até R\$ 20 milhões, no orçamento da União no presente ano;
- II. enviar esforços para disponibilizar anualmente recursos para investimento nessas rodovias, até a conclusão das obras de pavimentação

### 3. DAS MODIFICAÇÕES:

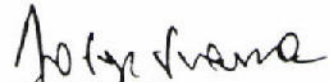
O presente Protocolo de Intenções poderá ser alterado, a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes.

Estando, assim, devidamente ajustadas, firmam o presente em três vias, que assinam, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cruzeiro do Sul (AC), 20 de agosto de 1999.



Dr. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Presidente da República do Brasil



JORGE VIANA  
Governador do Estado do Acre



## **ANEXO V**

### **Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Integração Física e Transportes**

Rio Branco, 24/25 de novembro de 1999

#### **AJUSTE OPERACIONAL AO CONVÊNIO ENTRE A REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PERU SOBRE TRANSPORTE FLUVIAL**

Realizou-se em Rio Branco, nos dias 24/25 de novembro 1999, a III Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru que tratou entre outros pontos do Convênio sobre transporte fluvial entre as Repúblicas Federativas do Brasil e do Peru doravante referido simplesmente, como Convênio.

As delegações presentes foram compostas, tanto pelo lado brasileiro, como pelo peruano, por funcionários do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Marinha do Brasil, e do Ministério dos Transportes, além de autoridades do Governo do Acre.

As delegações encaminharão o presente Termo de “Ajuste Operacional” à apreciação dos respectivos governos para fins de regulamentação, até a completa revisão do Convênio pelo Grupo de Trabalho “Ad Hoc” a ser convocado.

#### **1. Procedimentos de comunicação previstos no Convênio**

Em relação as comunicações entre as entidades nacionais outorgantes das habilitações e autorizações para o funcionamento de serviços de transporte fluvial, propuseram-se os seguintes procedimentos:

- a) Todas as comunicações oficiais referentes ao presente Ajuste Operacional serão transmitidas por intermedio das respectivas Chancelarias, que as encaminharão às autoridades técnicas competentes assinaladas no artigo XV, ou suas sucessoras.
- b) O processo de habilitação de permissionários para serviços de transporte fluvial deverá observar as seguintes etapas:
  - i) o postulante a permissionário deverá obter sua habilitação junto à autoridade competente de seu país, a qual, uma vez atendidos os requisitos legais cabíveis, emitirá documento de autorização condicionado à homologação pela outra parte. O referido documento

- possibilitará ao permissionário, em caráter provisório, dar início às operações de transporte;
- ii) o organismo responsável pela outorga de autorização enviará à Chancelaria de seu país a documentação necessária para comunicação à outra parte;
  - iii) a habilitação de permissionário para serviços de transporte fluvial ficará confirmada no momento em que a autorização outorgada por uma das partes seja homologada pela outra;
  - iv) o resultado do pedido de homologação será informado pelas autoridades competentes ao postulante a permissionário.

## **2 . Dos serviços**

Ambas as delegações concordaram que, com relação à operação dos serviços, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- a) A operação dos serviços poderá contemplar a possibilidade de que os permissionários de determinado serviço de transporte fluvial, mediante acordo entre si, transportem passageiros e cargas a partir de qualquer ponto da rota a ser navegada;
- b) Em caso de paralisação de qualquer embarcação empregada no tráfego objeto deste Ajuste Operacional, o permissionário responsável deverá providenciar sua imediata substituição por outra, de tipo semelhante, com a finalidade de manter o serviço em atividade, e comunicar aos organismos competentes do respectivo país a modificação efetuada.
- c) Caso o permissionário de uma das partes não possa, momentaneamente, dispor de embarcações para efetuar o transporte pretendido, o permissionário da outra poderá, excepcionalmente, a título provisório e de comum acordo entre os permissionários, suprir o referido serviço, nos termos do Artigo V do Convênio. Havendo entendimento, entre os permissionários, favorável à substituição temporária de serviços ou embarcações, esta deverá ser imediatamente informada às autoridades competentes.
- d) O organismo competente de um país deverá comunicar ao do outro, com a possível urgência, qualquer modificação na operação dos serviços.



### **3. Habilitação de trechos ao tráfego fluvial**

Estão inicialmente habilitados ao transporte pelas empresas autorizadas, os seguintes trechos:

- a) Manaus (Brasil) – Iquitos (Peru): nos rios Solimões/Maranhão, definido de comum acordo entre as partes.
- b) Assis Brasil (Brasil)-Iñapari (Peru): travessia no rio Acre, integrante da rodovia BR-317. De comum acordo entre as partes.

Obs: outros trechos poderão ser incluídos, mediante solicitação expressa por qualquer das partes, em função de demanda de transporte existente.

## ANEXO VI

### SUGESTÃO DE ASSUNTOS A SEREM INCLUIDOS NA ATA DA III REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO BRASIL-PERU - ( Rio Branco / Acre )

---

#### 1. Memorando de Entendimento entre a MB e a Marinha do Peru sobre trânsito e visitas de navios de guerra de ambos os países em águas fluviais fronteiriças.

Em 20 de agosto de 1984, foi aprovado e colocado em vigor um "Memorando de Entendimento", firmado entre as Marinhas do Brasil e do Peru, pelo qual foram estabelecidas Regras Operacionais sobre o trânsito e visitas de **navios de guerra**, de ambos os países, nas águas dos rios Içá / Putumayo e Marañon / Solimões (até o porto fluvial de Iquitos).

Com o propósito de melhorar o controle do trânsito das embarcações que navegam nos trechos brasileiros e peruanos dos rios amazônicos e evitar possíveis incidentes ou irregularidades praticadas por essas embarcações, é necessário que as Regras Operacionais em questão sejam **adaptadas e estendidas às embarcações militares e civis a serviço das Forças Armadas e/ou Policiais dos dois Países, utilizadas para o transporte de tropas e material militar**. Essa posição foi apresentada nas reuniões anteriores do GT Brasil-Peru, "forum" onde tem sido tratada a revisão das Regras Operacionais constantes no Memorando de Entendimento, bem como **ressaltada a brevidade que o assunto requer para a sua aprovação**.

Em relação a contraproposta apresentada pela Delegação Peruana, cabe mencionar que a proposta brasileira visa a facilitar o trâmite das autorizações para o trânsito e visita das embarcações, estabelecendo:

- para o simples trânsito, bem como para as visitas operativas e não-oficiais, bastará uma notificação prévia entre as autoridades navais com responsabilidade sobre área;
- para as visitas oficiais, e somente para estas, será necessária a autorização por via diplomática.

Também, no que diz respeito ao emprego de aeronaves, sugere-se à delegação peruana reavaliar a proposta inicial apresentada pelo Brasil, uma vez que as limitações impostas ao sobrevôo, na contraproposta peruana, praticamente inviabilizam o seu emprego em situações de emergência.

#### 2. Avaliação de requisitos de segurança de embarcações que operam no tráfego fluvial da Bacia Amazônica.

Em consequência do desenvolvimento de novas hidrovias, ligando a região centro-oeste brasileira com a calha principal da bacia hidrográfica do Amazonas (Marañon, Solimões e Amazonas) tais como a do rio Madeira, em plena operação, entre outras em construção, como a do Araguaia-Tocantins e ainda a do Tapajós-Teles Pires, em fase de projeto, paralelamente a ligação rodoviária de Manaus a Caracas, pela rodovia BR-174 em plena operação, parece inevitável a ampliação do tráfego fluvial entre o Brasil e o Peru, por embarcações de ambos os países.



Com o propósito de evitar dificuldades para as autoridades, brasileiras e peruanas, com a responsabilidade de garantir a vida humana de tripulantes e passageiros, a segurança da navegação bem como a prevenção da poluição, a Autoridade Marítima brasileira propõe a discussão conjunta, a semelhança do que já ocorre na hidrovia Paraguai-Paraná, de normas e regras a serem estabelecidas de comum acordo pelas autoridades do Peru e do Brasil, envolvendo aspectos técnicos tais como:

- dimensões de comboio;
- transporte de carga no convés;
- regras de navegação;
- transporte de mercadorias perigosas;
- arqueação;
- adaptação da Convenção MARPOL;
- borda livre; e
- documentação das embarcações e tripulação de segurança.

### **3. Praticagem no rio Amazonas**

O assunto "Praticagem no rio Amazonas para navios de bandeira peruana e afretados por empresas de navegação peruanas" está sendo tratado em reuniões do GT Brasil-Peru.

As embarcações de bandeira peruana vêm sendo conduzidas por práticos peruanos, contrariando uma regra internacionalmente aceita de que a praticagem é da responsabilidade dos profissionais do país onde a embarcação se encontra. O Brasil vem tolerando essa prática por dificuldades anteriores para atender às necessidades da região. Na última reunião do GT, realizada em julho/1998, foi anunciado que 23/julho/2000 será considerada como a data limite para que a praticagem nos rios brasileiros seja efetuada somente por profissionais brasileiros. Até o momento o governo peruano não se pronunciou sobre o assunto.

Cabe ressaltar que a Marinha, através de sua Diretoria de Portos e Costas, vem atuando no desenvolvimento da infra estrutura necessária ao serviço de praticagem nos rios brasileiros, seja através da formação de profissionais, seja pelo acompanhamento dos preços dos serviços prestados, os quais já se encontram dentro dos padrões internacionais.

**III REUNIÓN DEL GRUPO DE TRABAJO BRASIL-PERÚ  
SOBRE INTEGRACIÓN FÍSICA Y TRANSPORTES  
ACTA**

La III Reunión del Grupo de Trabajo Brasil-Perú sobre Integración Física y Transportes se llevó a cabo en Rio Branco, Brasil, el 24 y 25 de noviembre de 1999. La lista completa de los participantes figura en el Anexo I de la presente Acta.

El encuentro se inició en sesión solemne, inaugurada por el Gobernador del Estado de Acre, Jorge Viana, quien hizo una breve exposición sobre Acre, sus perspectivas de desarrollo y su inserción internacional. Esta sesión también inauguró la instalación del I Comité de Frontera Brasil-Perú, entre las ciudades de Assis Brasil e Iñapari, y la Misión de Integración Fronteriza, integrada por empresarios peruanos en visita a los Estados de Acre y Rondônia.

En seguida, el Jefe de la Delegación del Brasil, el Embajador José Viegas Filho, dio la bienvenida a los participantes en la reunión y, en particular, a la Delegación del Perú. En sus consideraciones iniciales, recordó la prioridad conferida por el Brasil a la profundización de la integración con los países vecinos y destacó el papel decisivo de la interconexión viaria para su concretización. Expresó su satisfacción frente a la intensificación de las relaciones con el Perú y enfatizó la importancia de dar continuidad a las acciones determinadas en el Plan de Acción de Lima. Agregó que la implementación de la interconexión viaria entre los dos países deberá tener un efecto catalizador de las relaciones bilaterales.

El Jefe de la Delegación del Perú, el Embajador Jaime Stiglich, agradeció las palabras del Jefe de la Delegación del Brasil y reafirmó la importancia que su país atribuye a las relaciones con este país. Subrayó que el Perú viene atribuyendo una creciente importancia a la implementación de la interconexión viaria con el Brasil y comunicó que se están produciendo avances substanciales en su país con miras a su concretización.



En seguida, fue aprobado el proyecto de agenda de la reunión, que consta en el Anexo II de la presente Acta.

### **Interconexión Viaria entre el Brasil y el Perú**

Las Delegaciones intercambiaron amplia información sobre el estado actual de diferentes alternativas de integración viaria entre los dos países.

Sobre el corredor Assis Brasil-Iñapari-Puerto Maldonado-Ilo/Matarani, prioritario para la interconexión viaria entre el Brasil y el Perú, la Delegación del Brasil recordó que la conexión del puente de frontera Iñapari-Assis Brasil con el sistema viario brasileiro se da mediante la BR-317, en la que el trecho de 111 km entre Assis Brasil y Brasileia se encuentra pendiente de obras de construcción y asfaltado. Incluidas entre las obras prioritarias del Gobierno Federal, su realización cuenta con una previsión presupuestaria de R\$ 33,5 millones en el actual Plan Plurianual de Aplicaciones - PPA 2000, actualmente en trámite para el Congreso Nacional.

La Delegación del Brasil manifestó su interés en la utilización del corredor multimodal Manaus-Iquitos-Sarameriza-Paita, dado el impulso que podrá llegar a recibir la navegación comercial en el río Amazonas/Solimões. Para ello, sería conveniente que, en el ámbito del Grupo de Trabajo *Ad Hoc* sobre Interconexión Fluvial, se hiciera una revisión del Convenio sobre Transporte Fluvial y que fueran ajustados procedimientos más ágiles para la navegación en esa vía.

Destacaron, además, el interés en la conclusión de la conexión Ilo-Desaguadero-La Paz (Bolivia) que, con la futura construcción de carreteras en el interior boliviano, deberá servir como nueva alternativa de conexión viaria entre el Brasil y el Perú.

El Gobierno del Estado de Acre, a través de su representación, hizo una breve exposición de las políticas regionales de desarrollo integradas a las políticas federales, contempladas en el Plan Plurianual 2000/2003 - PROGRAMA AVANÇA BRASIL, en lo que concierne a la integración física y



transportes. La totalidad de esta presentación/propuesta constituye el Anexo III de la presente Acta, donde se sugiere las prioridades para el trabajo futuro del Grupo de Trabajo de Integración Física y Transportes.

La Delegación del Perú informó a la Parte brasilera sobre la situación de los corredores de interconexión viaria con el Brasil, explicando que diversos factores, como la solución de los asuntos pendientes con el Ecuador y la necesidad de concluir la restauración de los trechos afectados por el fenómeno de "El Niño" en 1998, obligaron a desplazar las prioridades para la canalización de recursos financieros en la realización de estudios y obras, sin que esto afecte la prioridad estratégica de estos corredores.

En este sentido, informó a los participantes del encuentro sobre la inminente conclusión, a inicios del año 2000, de la carretera asfaltada que une Ilo y Desaguadero en la frontera con Bolivia. Esta carretera posibilitará, a través del territorio boliviano, el acceso a los puertos del Pacífico para las regiones más al sur del Brasil.

Por otra parte, informó que hacia el fin de año deben ser concluidos los 15 km de carretera fijados, que faltan para terminar la construcción del trecho Puerto Maldonado-Iberia-Iñapari, cuya importancia reside en permitir el acceso, durante todo el año, de los pobladores del Departamento de Madre de Dios a Assis Brasil. Al respecto de este eje de integración viaria, recordó que próximamente se iniciará los estudios, con el financiamiento de la CAF, que establecerán el alcance de las obras y los montos de inversión para la pavimentación de un trecho de 728 km entre Urcos-Puerto Maldonado-Iñapari.

Considerando que, con las informaciones proporcionadas por la Delegación del Brasil respecto a la pavimentación del trecho de 111 km de la BR-317, entre Brasília y Assis Brasil, los sistemas viarios de ambos países estarán en condiciones de integrarse, en un futuro próximo, en la región de Assis Brasil-Iñapari, la Delegación del Perú sugirió que se avance en la creación de las condiciones que permitan el uso de dicho corredor de integración en el más breve plazo posible. Para ello, propuso que la Parte brasilera ponga en conocimiento de la Parte peruana, por vía diplomática, la información que permita, en el futuro, la operación en Assis Brasil/Iñapari de un



centro integrado de frontera, bajo el modelo de los existentes entre el Brasil y los países del MERCOSUR. Por otra parte, sugirió que, para la IV Reunión del Grupo de Trabajo sobre Integración Física y Transportes, las Partes aporten propuestas y alternativas técnicas y financieras para la construcción de un puente internacional sobre el río Acre, lo que permitirá la continuidad del tráfico por ese corredor de integración durante todo el año. Las Partes acordaron, además, examinar la conveniencia de suscribir, oportunamente, un acuerdo de transporte terrestre fronterizo.

Las Delegaciones del Brasil y del Perú coincidieron en la necesidad de que ambos países presenten conjuntamente a la Corporación Andina de Fomento un pedido de financiamiento para la construcción del trecho viario Urcos-Puerto Maldonado-Iñapari.

La Parte brasilera hizo entrega a la Delegación del Perú del documento "Corredores Estratégicos de Desarrollo - Informe Final" (1999), elaborado por el GEIPOT y acompañado de un mapa. Asimismo, la Delegación del Perú entregó el documento "Posibilidades y Alternativas de Vinculación entre el Brasil y el Perú".

### **Creación del Grupo de Trabajo *Ad Hoc* sobre Interconexión Fluvial**

En los términos del Plan de Acción de Lima, las Delegaciones decidieron convocar a la I Reunión del Grupo de Trabajo *Ad Hoc* sobre Interconexión Fluvial entre los dos países, subordinado al Grupo de Trabajo sobre Integración Física y Transportes, e integrado por representantes de los sectores público y privado. Al respecto, la Delegación del Brasil subrayó la utilidad del referido mecanismo frente a las perspectivas de intensificación del transporte fluvial en la región.

En la ocasión, se discutió la agenda preliminar, que incluiría temas como el examen del Convenio sobre Transporte Fluvial y el establecimiento de normas y procedimientos técnicos para la navegación, apuntando a la inmediata facilitación del transporte fluvial entre el Brasil y el Perú.

La Delegación del Brasil propuso que la I Reunión del Grupo *Ad Hoc* sobre Interconexión fluvial se realice en Manaus, durante el primer semestre del 2000, en fechas a ser fijadas de común acuerdo.

### **Convenio sobre Transporte Fluvial**

Ambas Delegaciones destacaron la necesidad de actualizar el Convenio sobre Transporte Fluvial suscrito entre ambos países en 1976. La Delegación del Brasil presentó a la Delegación del Perú una propuesta de Ajuste Operacional para agilizar el transporte fluvial entre los dos países, como consta en el Anexo V. La Delegación del Perú se comprometió a examinar dicha propuesta y a actuar sobre la misma a la brevedad de lo posible.

### **Proyecto de Reglas Operacionales entre la Marina del Brasil y la Marina de Guerra del Perú sobre el Tránsito de Embarcaciones Militares y Embarcaciones Civiles al servicio de las Fuerzas Armadas o Policiales, utilizadas para el transporte de tropas y material de uso militar, en aguas fluviales fronterizas, y sobre la visita a puertos**

La Delegación del Brasil manifestó su interés en suscribir el referido Memorándum y reiteró su interés en la inclusión, en el texto del documento, del derecho de sobrevuelo de las aeronaves que operan embarcadas. En el Anexo VI consta la posición brasilera en relación a este asunto.

Después de las propuestas hechas por la Marina del Brasil, el referido documento fue objeto de una nueva evaluación por parte de la Marina de Guerra del Perú, cuyo representante declaró, en principio, que no existe inconveniente para la firma del nuevo Memorándum de Entendimiento, hecho que será comunicado oficialmente por el Perú en los próximos días.

### **Requisitos de Seguridad de las Embarcaciones que Operan en la Región Amazónica**



La Delegación del Brasil recordó la determinación de la Marina del Brasil de que, a partir del 23 de julio del año 2000, el practicaaje de todas las embarcaciones extranjeras en el conjunto de vertientes del río Amazonas/ Solimões será realizada obligatoriamente por prácticos brasileros, en los mismos términos del Acta de la II Reunión del Grupo de Trabajo sobre Integración Física y Transportes. A este respecto, destacó la necesidad de ajustes anteriores a esa fecha.

Además, el representante brasilero sugirió un entendimiento entre las empresas de navegación peruanas y los practicaajes del río Amazonas y Solimões en el sentido de establecer, con rapidez, los acuerdos comerciales adecuados, con el fin de que las embarcaciones peruanas reciban el mismo trato que las brasileras. Sugirió que los entendimientos fuesen hechos por medio del Consejo Nacional de Practicaaje, poniéndose a disposición para establecer los contactos necesarios con esta organización. El representante brasilero agregó que todo entendimiento será orientado por el principio de reciprocidad y que este esfuerzo contará con el respaldo de la Autoridad Marítima Brasileras.

La Delegación del Perú informó que, de acuerdo con los reglamentos vigentes de la Autoridad Marítima Peruana, el practicaaje en los ríos peruanos es obligatorio para toda embarcación extranjera que ingrese en las aguas del Perú, exigiéndose, hasta hace un mes, dos prácticos a bordo. Con la intención de conceder mayores facilidades a las embarcaciones extranjeras, y en especial a las de bandera brasileras, la Parte peruana comunicó que a partir de esa fecha se permite la presencia de apenas un práctico, siempre que la embarcación brasileras esté comandada por un patrón fluvial debidamente habilitado por la Autoridad Marítima Brasileras. Esta medida reducirá los costos de operación y redundará en el aumento del tráfico fluvial entre los dos países.

En este sentido, y tomando conocimiento de la decisión de la Autoridad Brasileras de también exigir, a partir del próximo año, la presencia obligatoria de dos prácticos por embarcación extranjera, la Delegación del Perú recomienda que se considere la facilidad ofrecida por la Autoridad Marítima Peruana en lo concerniente al practicaaje fluvial, dado que, como se indicó anteriormente, la

intención es reducir los costos de operación. En caso contrario, los altos costos de navegación fluvial entre los dos países afectará el comercio fluvial entre el Brasil, el Perú y terceros países.

Una vez concluidos los temas de la agenda, fue declarada cerrada la III Reunión del Grupo de Trabajo sobre Integración Física y Transportes. La Delegación del Brasil elogió a todos los participantes por sus aportes. La Delegación del Perú agradeció la recepción y felicitó al Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil por la organización del evento.

Ambas delegaciones agradecieron el sólido apoyo prestado por el Gobierno de Acre y por el SEBRAE/Acre para la realización de la reunión. También fue recibido con especial satisfacción el elogio unánime de la bancada del Estado de Acre en el Senado Federal, enviado a los participantes en la Reunión del Grupo de Trabajo por los Senadores del Brasil Marina Silva, Tião Viana y Nabor Júnior.

Las Delegaciones decidieron realizar la IV Reunión del Grupo de Trabajo Brasil-Perú sobre Integración Física y Transportes el próximo año, en fecha y sede a ser acordados por canales diplomáticos.

Río Branco, 25 de noviembre de 1999

(firma ilegible)

-----

Por la Delegación del Brasil  
Ministro Fernando Simas Malgalhães

(firma ilegible)

-----

Por la Delegación del Perú  
Dr. Luis Alberto Oliveros

(firma ilegible)

-----



Por el Gobierno del Estado de Acre  
Ing. Gilberto Lopes Siqueira

## ANEXO I DELEGACIONES

### Delegación del Brasil

- **Embajador José Viegas Filho:** Embajador del Brasil en Lima
- **Ministro Fernando Simas Magalhães:** Jefe de la División de América Meridional-II del Ministerio de Relaciones Exteriores
- **Marcos Antônio Lima das Neves:** Coordinador General del Departamento de Transportes Viarios (*DTR*) del Ministerio de Transportes
- **Wanderly Manso de Almeida:** Jefe de la Asesoría Internacional del GEIPOT/Ministerio de Transportes
- **Luis de Souza Cavalcanti:** Jefe de la División de Licencias y Supervisión de Transportes del Departamento de Hidrovías Interiores del Ministerio de Transportes
- **Capitán de Mar y Guerra (RRm) Milton Benevides dos Guaranys:** Asesor de Política Marítima de la Dirección de Puertos y Costas de la Marina del Brasil
- **Capitán de Fragata Paulo Cezar de Quadros Küster:** Asesor de la División de Asuntos Marítimos del Estado Mayor de la Armada
- **Ing. Gilberto Lopes Siqueira:** Secretario de Planeamiento y Coordinación del Gobierno del Estado de Acre
- **Ing. José Otávio Francisco Parreira:** Secretario Ejecutivo de Hidrovías y Aeorovías del Gobierno del Estado de Acre
- **Prof. Tácio de Brito:** Director General del Departamento de Carreteras de Circulación del Estado de Acre-DERACRE

- Secretario Paulo Enrique Gonçalves Portela: División de América Meridional-II del Ministerio de Relaciones Exteriores

#### **Delegación del Perú**

- **Embajador Jaime Stiglich:** Director Ejecutivo del Departamento de Promoción Comercial del Ministerio de Relaciones Exteriores
- **Dr. Luis Oliveros:** Asesor de la Dirección Nacional de Desarrollo Fronterizo y Límites del Ministerio de Relaciones Exteriores
- **Consejero Augusto Arzubiaga:** Jefe de Promoción de la Dirección de Desarrollo Fronterizo del Ministerio de Relaciones Exteriores
- **Primer Secretario Alejandro Ugarte:** Jefe del Departamento de Brasil y Paraguay de la Dirección de Américas del Ministerio de Relaciones Exteriores
- **Capitán de Navío Jorge Olaechea Roldán:** de la Dirección General de Capitanías y Guardacostas de la Marina de Guerra del Perú
- **Econ. Justo Raul Romo Herrera:** Director Ejecutivo de la Dirección General del Transporte Acuático del Ministerio de Transportes, Comunicaciones, Vivienda y Construcción
- **Ing. Pablo Humberto Rojas Ruiz:** Presidente del Consejo Transitorio de Administración Regional de Loreto, Ministerio de la Presidencia.



## **ANEXO II**

### **AGENDA**

- Interconexión Viaria entre el Brasil y el Perú
- Creación del Grupo de Trabajo *Ad Hoc* sobre Interconexión Fluvial
- Convenio sobre Transporte Fluvial
- Memorándum de Entendimiento sobre las Reglas Operacionales entre la Marina del Brasil y la Marina de Guerra del Perú sobre el Tránsito y la Visita de Navíos de Guerra de Ambos Países
- Requisitos de Seguridad de las Embarcaciones que Operan en la Región Amazónica
- Practicaje en los ríos Amazonas/Solimões

### ANEXO III

El Gobierno del Estado de Acre, a través de su representación, hizo una breve exposición de las políticas regionales de desarrollo integradas a las políticas federales, contempladas en el Plan Plurianual 2000 /2003 - PROGRAMA AVANÇA BRASIL, en lo que concierne a la integración física y de transportes. En resumen, las informaciones fueron las siguientes:

1 - En los EJES NACIONALES DE INTEGRACIÓN, el Estado de Acre goza de una importancia estratégica por su posición geográfica en la Amazonia, constituyendo la frontera con el Perú y Bolivia, y, por ser el Estado brasilero más próximo al Océano Pacífico, favoreciendo los intercambios comercial, cultural y turístico entre los países. Por lo tanto, está siendo considerado en el estudio de los EJES DE INTEGRACIÓN NACIONAL (documento básico del Ministerio del Presupuesto y Gestión del Gobierno del Brasil que orienta las inversiones en el PPA 2000/2003). Ver Mapa I, en el anexo, parte integrante de la presente Acta;

2 - La afinidad del propósito de integración viaria binacional Brasil-Perú, a través del Estado de Acre, y la decisión del **Excelentísimo Señor Presidente de la República Dr. Fernando Henrique Cardoso** de materializarla en su gobierno y en la administración del **Excelentísimo Señor Gobernador Jorge Viana**, fue expresada al Gobierno Peruano en la persona del **Excelentísimo Señor Presidente de la República del Perú Alberto Fujimori**, en la reunión realizada en la ciudad de Lima, en julio del año en curso;

3 - Como continuación de la reunión de Lima, en la visita del **Excelentísimo Señor Presidente de la República Dr. Fernando Henrique Cardoso** al Estado de Acre, en agosto del año en curso, se firmó el PROTOCOLO con miras a concretizar la pavimentación de la Carretera Federal BR 317, conforme al Anexo I, parte integrante de la presente Acta;



4 - Ante las prioridades establecidas y teniendo el Estado de Acre las condiciones objetivas para administrar la integración viaria en el territorio de Acre, el Gobierno Federal, a través del Ministerio de Transportes / Departamento Nacional de Carreteras y Circulación-DNER, delegó al Ministerio de Defensa mediante convenio, posteriormente subrogado al Gobierno del Estado de Acre, la administración de las carreteras federales existentes. En este sentido, el Gobierno Estatal pasa a ser parte fundamental en la interlocución Brasil-Perú en lo concerniente a la integración física y de transportes entre los dos países;

5 - Después del Convenio de subrogación antes citado y con el apoyo del Gobierno Federal a través del Ministerio de Transportes/DNER, se aportará a los presupuestos federal y estatal los recursos que permitan que el Brasil concrete la pavimentación de la BR - 317 en el trecho Brasileia - Assis Brasil (111 km) hasta mayo del 2001, concluyendo así el compromiso brasileiro de interconexión viaria, por el Estado de Acre, resultante de los diversos protocolos firmados entre los dos países.

La representación del Gobierno del Estado de Acre solicitó la inclusión de las siguientes prioridades entre las decisiones de la III Reunión de Integración Física y Transportes Brasil-Perú:

1 - Prioridad para el desarrollo fronterizo de la región Pucallpa / Cruzeiro do Sul, considerando la decisión del Gobierno del Estado de Acre de promover la integración social y económica interna a través de la pavimentación de la carretera federal BR - 364 en el trecho Sena Madureira / Cruzeiro do Sul (aproximadamente 560 km), y además la disposición de la Delegación del Perú a también promover la integración interna en los departamentos de Loreto y Ucayali. Por lo tanto, la referida prioridad deberá ser incluida en la pauta de las próximas reuniones binacionales;

2 - Brasil - Perú establecen como PRIMERA PRIORIDAD, reafirmando los documentos anteriores, la interconexión viaria a través de los CORREDORES

INTEROCEÁNICOS Matarani - Juliaca - Puerto Maldonado - Iñapari / Assis  
Brasil - Brasiléia - Rio Branco, conforme al Mapa II, parte integrante de la  
presente Acta;

3 - Iniciar inmediatamente la implantación del sistema aduanero en Assis Brasil  
e Iñapari, teniendo en consideración la conclusión de la pavimentación, en los  
próximos meses, de la BR - 317. La habilitación de este puente de frontera se  
inicia con un proceso aduanero, involucrando básicamente, por parte del  
Brasil, la Recaudación Federal (*Receita Federal*), la Policía Federal y los  
Ministerios de Agricultura y de Salud. Es imprescindible que los Ministerios de  
Relaciones Exteriores de ambos países articulen a los Ministerios Sectoriales  
involucrados en el asunto, en el sentido de asegurar, hasta mayo del 2001, los  
recursos humanos y financieros necesarios para la legalidad en las  
transacciones económicas y culturales entre los dos países;

4 - El Gobierno del Brasil prestará al Gobierno del Perú el apoyo necesario  
para la viabilidad del financiamiento por parte de Organismos Multilaterales de  
Fomento o de Agencias Brasileñas, con miras a la implantación definitiva de los  
CORREDORES INTEROCEÁNICOS antes mencionados.



MAPA 1

EJES NACIONALES DE INTEGRACIÓN Y DESARROLLO

MAPA 2

MAPA

MULTIMODAL

INTEROCEÁNICO

## ANEXO IV

PROTOCOLO DE INTENCIONES QUE  
CELEBRAN LA PRESIDENCIA DE LA  
REPÚBLICA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO  
DEL ESTADO DE ACRE, CON MIRAS A LA  
PAVIMENTACIÓN DE LAS CARRETERAS  
FEDERALES BR 364 Y BR 317.

**LA PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DEL BRASIL**, representada por el Excelentísimo Señor Presidente de la República **Dr. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**, y el **GOBIERNO DEL ESTADO DE ACRE**, representado por el Excelentísimo Señor Gobernador **JORGE VIANA**, resuelven celebrar el presente **PROTOCOLO DE INTENCIONES**, con el fin de garantizar la pavimentación de las carreteras federales BR 364 (trecho Cruzeiro do Sul - Rio Branco) y BR 317 (trecho Brasília - Assis Brasil/conexión con el Perú), mediante la siguiente asociación:

### **1. OBJETIVO:**

Asegurar anualmente los recursos en los Presupuestos de la Unión y del Estado para la pavimentación de las carreteras federales BR 364 (trecho Cruzeiro do Sul - Rio Branco) y BR 317 (trecho Brasília - Assis Brasil/conexión con el Perú).

### **2. ASOCIACIÓN**

Para la consecución del objetivo anhelado por la presente demostración de voluntad, las Partes se comprometen a:

- I. realizar esfuerzos para la apertura de crédito suplementario por el valor de R\$ 10 millones para la BR - 364 (trecho Cruzeiro do Sul - Rio Branco) y R\$ 10 millones para la BR - 317 (trecho Brasília - Assis



Brasil/ conexión para el Perú), constituyendo un crédito suplementario de hasta RS\$ 20 millones, en el presupuesto de la Unión en el presente año;

II. realizar esfuerzos para disponer anualmente de recursos<sup>1</sup>

### 3. MODIFICACIONES

El presente Protocolo de Intenciones podrá ser alterado, en cualquier momento, de común acuerdo entre las Partes.

Estando de este modo debidamente ajustado, suscriben el presente en tres ejemplares, que firman, junto con los testigos que figuran más abajo.

Cruzeiro do Sul (AC), 20 de agosto de 1999.

(firma ilegible)

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Presidente de la República del Brasil

(firma ilegible)

JORGE VIANA  
Gobernador del  
Estado de Acre

---

<sup>1</sup> Texto original en portugués incompleto. (Nota de la T)

## **ANEXO V**

### **Reunión del Grupo de Trabajo Brasil-Perú sobre Integración Física y Transportes**

Rio Branco, 24/25 de noviembre de 1999

### **AJUSTE OPERACIONAL AL CONVENIO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERAL DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA DEL PERÚ SOBRE TRANSPORTE FLUVIAL**

Se realizó en Rio Branco, en los días 24 y 25 de noviembre de 1999, la III Reunión del Grupo de Trabajo Brasil-Perú que trató, entre otros temas, el Convenio sobre Transporte Fluvial entre la República Federal del Brasil y la República del Perú, en adelante denominado simplemente "Convenio".

Las delegaciones presentes estuvieron integradas, tanto por el lado brasilero como por el peruano, por funcionarios del Ministerio de Relaciones Exteriores, del Ministerio de Marina del Brasil y del Ministerio de Transportes, además de autoridades del Gobierno de Acre.

Las delegaciones mencionadas llevarán el término del presente "Ajuste Operacional" para la apreciación de los respectivos gobiernos con fines de reglamentación, hasta la completa revisión del Convenio por el Grupo de Trabajo *Ad Hoc* a ser convocado.

#### **1. Procedimientos de comunicación previstos en el Convenio**

En relación a las comunicaciones entre las entidades nacionales que otorgan las habilitaciones y autorizaciones para el funcionamiento de servicios de transporte fluvial, se propusieron los siguientes procedimientos:



- a) Todas las comunicaciones oficiales referentes al presente Ajuste Operacional serán transmitidas por intermedio de las respectivas Cancillerías, quienes las enviarán a las autoridades técnicas competentes señaladas en el artículo XV, o a sus sucesoras.
- b) El proceso de habilitación de otorgantes para servicios de transporte fluvial deberá cumplir las siguientes etapas:
  - (i) el postulante a otorgante deberá obtener su habilitación ante la autoridad competente de su país, la cual, una vez cumplidos los requisitos legales pertinentes, emitirá un documento de autorización condicionado a la homologación por la otra Parte. Dicho documento permitirá al otorgante, con carácter provisorio, dar inicio a las operaciones de transporte;
  - (ii) el organismo responsable del otorgamiento de la autorización enviará a la Cancillería de su país la documentación necesaria para la comunicación a la otra Parte;
  - (iii) la habilitación del otorgante para servicios de transporte fluvial será confirmada en el momento en que la autorización otorgada por una de las Partes sea homologada por la otra;
  - (iv) el resultado del pedido de homologación será notificado por las autoridades competentes al postulante a otorgante.

## **2. Servicios**

Ambas delegaciones acordaron que, con relación a la operación de los servicios, deberán cumplirse los siguientes procedimientos:

- a) La operación de los servicios podrá contemplar la posibilidad de que los otorgantes de determinado servicio de transporte fluvial, mediante acuerdo entre sí, transporten pasajeros y cargas desde cualquier punto de la ruta a ser navegada;

- b) En caso de paralización de cualquier embarcación empleada en el tráfico, objeto del presente Ajuste Operacional, el otorgante responsable deberá disponer su inmediata sustitución por otra, de tipo semejante, con la finalidad de mantener el servicio en actividad, y comunicar a los organismos competentes del respectivo país la modificación efectuada.
- c) En caso que el otorgante de una de las Partes no pueda, momentáneamente, disponer de embarcaciones para efectuar el transporte esperado, el otorgante de la otra Parte podrá, excepcionalmente, a título provisional y de común acuerdo entre los otorgantes, suplir el referido servicio, en los términos del Artículo V del Convenio. Habiendo entendimiento entre los otorgantes, favorable a la sustitución temporal de servicios o embarcaciones, ésta deberá ser inmediatamente notificada a las autoridades competentes.
- d) El organismo competente de un país deberá comunicar al del otro, a la brevedad de lo posible, cualquier modificación en la operación de los servicios.

### **3. Habilitación de trechos al tráfico fluvial**

Están inicialmente habilitados al transporte por parte de las empresas autorizadas, los siguientes trechos:

- a) Manaus (Brasil) - Iquitos (Perú): en los ríos Solimões/Marañón, definido de común acuerdo entre las Partes.
- b) Assis Brasil (Brasil) - Iñapari (Perú): travesía en el río Acre, integrante de la carretera BR-317. De común acuerdo entre las Partes.

Obs: podrán ser incluidos otros trechos, mediante solicitud expresa por cualquiera de las Partes, en función de la demanda de transporte existente.



## ANEXO VI

### SUGERENCIA DE ASUNTOS A SER INCLUIDOS EN EL ACTA DE LA III REUNIÓN DEL GRUPO DE TRABAJO BRASIL-PERÚ - (Rio Branco / Acre)

---

#### **1. Memorándum de Entendimiento entre la MB y la Marina del Perú sobre tránsito y visitas de navíos de guerra de ambos países en aguas fluviales fronterizas.**

El 20 de agosto de 1984, fue aprobado y puesto en vigor un "Memorándum de Entendimiento", firmado entre las Marinas del Brasil y del Perú, mediante el cual fueron establecidas las Reglas Operacionales sobre el tránsito y visitas de **navíos de guerra** de ambos países, en las aguas de los ríos Içá / Putumayo y Maraón / Solimões (hasta el puerto fluvial de Iquitos).

Con el propósito de mejorar el control del tránsito de las embarcaciones que navegan en los trechos brasileiros y peruanos de los ríos amazónicos, y de evitar posibles incidentes o irregularidades ejercidas por dichas embarcaciones, es necesario que las Reglas Operacionales en cuestión sean **adaptadas y extendidas a las embarcaciones militares y civiles al servicio de las Fuerzas Armadas y/o Policiales de los dos países, utilizadas para el transporte de tropas y de material militar**. Esta posición fue presentada en las reuniones anteriores del GT Brasil-Perú, "forum" donde ha sido tratada la revisión de las Reglas Operacionales que constan en el Memorándum de Entendimiento, así como **resaltada la brevedad que el asunto requiere para su aprobación**.

En relación a la contrapropuesta presentada por la Delegación del Perú, cabe mencionar que la propuesta del Brasil apunta a facilitar el trámite de las autorizaciones para el tránsito y la visita de las embarcaciones, estableciendo:

- para el tránsito simple, así como para las visitas operativas y no oficiales, bastará una notificación previa entre las autoridades navales con responsabilidad sobre el área;
- para las visitas oficiales, y sólo para éstas, será necesaria la autorización por vía diplomática.

También, en lo que respecta al empleo de aeronaves, se sugiere a la Delegación del Perú reevaluar la propuesta inicial presentada por el Brasil, dado que las limitaciones impuestas al sobrevuelo, en la contrapropuesta peruana, prácticamente hacen inviable su empleo en situaciones de emergencia.

#### **2. Evaluación de los requisitos de seguridad de las embarcaciones que operan en el tráfico fluvial en la Vertiente Amazónica**



A consecuencia del desarrollo de nuevas hidrovías que conectan la región centro-oeste brasileira con el canal principal de la vertiente hidrográfica del Amazonas (Marañón, Solimões y Amazonas), tales como la del río Madeira, en plena operación, entre otras como la del Araguaia-Tocantins en construcción y la del Tapajos-Teles Pires en fase de proyecto, paralelamente a la conexión viaria de Manaus a Caracas por la carretera BR-174 en plena operación, parece inevitable la ampliación del tráfico fluvial entre el Brasil y el Perú por embarcaciones de ambos países.

Con el propósito de evitar dificultades a las autoridades brasileiras y peruanas responsables de garantizar la vida humana de tripulantes y pasajeros, la seguridad de la navegación y la prevención de la contaminación, la Autoridad Marítima brasileira propone la discusión conjunta, a semejanza de lo que ocurre en la hidrovía Paraguay-Paraná, de normas y reglas a ser establecidas de común acuerdo por las autoridades del Perú y del Brasil, abarcando aspectos técnicos tales como:

- dimensiones de convoy;
- transporte de carga en combés;
- reglas de navegación;
- transporte de mercadería peligrosa;
- arqueo;
- adaptación de la Convención MARPOL;
- borda libre; y
- documentación de las embarcaciones y tripulación de seguridad.

### 3. Practicaje en el río Amazonas

El asunto del practicaje en el Amazonas para navíos de bandera peruana y fletados por empresas de navegación peruanas está siendo tratado en reuniones del GT Brasil-Perú.

Las embarcaciones de bandera peruana vienen siendo conducidas por prácticos peruanos, contrariando una regla internacionalmente aceptada, según la cual el practicaje es responsabilidad de los profesionales del país en el que se encuentra la embarcación. El Brasil viene tolerando esta práctica debido a anteriores dificultades para atender las necesidades de la región. En la última reunión del GT, realizada en julio de 1998, se anunció que el 23 de julio del 2000 será considerado como la fecha límite para que el practicaje en los ríos brasileiros sólo sea efectuado por profesionales brasileiros. Hasta el momento, el gobierno peruano no se ha pronunciado al respecto.

Cabe resaltar que la Marina, a través de su Dirección de Puertos y Costas, viene actuando en el desarrollo de la infraestructura necesaria para el servicio del practicaje en los ríos brasileiros, sea por medio de la capacitación de profesionales o del ajuste de los precios por los servicios prestados, que ya se encuentran dentro de los patrones internacionales.



SENADO FEDERAL  
Gabinete del Senador TIÃO VIANA

OFICIO N° 423/99 GSTV

Brasilia, 25 de noviembre de 1999

Estimados Señores,

Por orden del Senador Tião Viana, felicito a los participantes de la 3ª Reunión de Integración Física en Transporte Brasil-Perú y presento los votos de éxito en las deliberaciones que perfeccionan políticas de desarrollo para las regiones involucradas.

El favorable y promisorio intercambio encontrará, en el Mandato del Senador Tião Viana, todo el apoyo necesario para la concretización de las deliberaciones formuladas en este importante evento.

Aprovecho la oportunidad para pedir encarecidamente excusar la ausencia que se ha debido a compromisos ineludibles en el Senado Federal.

Cordialmente,

(Firma ilegible)

Por el Senador TIÃO VIANA

Sueli Aparecida Bellato

Asesora

(Timbre) SENADO FEDERAL  
SENADOR NABOR JÚNIOR  
TERCER SECRETARIO

MENSAJE - FAX OFICIAL

PARA: Excmo. Sr.  
Dr. Raimundo Angelim Vasconcelos  
Jefe del Gabinete Civil del Gobierno de Acre  
Rio Branco - AC

FAX N°  
(68) 223 - 8500

DE: Senador NABOR JÚNIOR

FAX N°  
(61) 323-2659

Nº DE PÁGINAS	DATA:	RESPONSABLE DE LA TRANSMISIÓN - MAT.
(Incluyendo ésta): 122/11/99	Mario Nelson Duarte	30859

MENSAJE

Excelentísimo Sr. Jefe de Gabinete,

Acabo de recibir su invitación para participar en la celebración de la apertura de la III Reunión de Integración Física y Transportes Brasil y Perú, a realizarse pasado mañana en Rio Branco, a la cual, desgraciadamente, no podré asistir, debido a las votaciones previstas en el Congreso Nacional para esa fecha.

Permítame enfatizar que ése es un tema que mereció siempre mi atención prioritaria, como parlamentario y en el tiempo en que ejercí las honorables funciones de Gobernador del Estado de Acre. Asimismo, se puede afirmar, sin riesgo de exagerar, que la salida viaria del Brasil hacia el Pacífico, conectándose asimismo a la red continental por medio de las divisas internacionales de Acre, es la gran solución a la mayor parte de los problemas económicos y sociales que tanto afligen a nuestro Estado. Por eso, estaré atento al desarrollo de este importante evento y solicito a Su Excelencia que me sean enviados todos los subsidios y documentos en él emitidos.

Asimismo, ruego a Su Excelencia que se informe de los términos de este mensaje a todos los participantes, como prueba de mi más profunda consideración y del más sincero empeño en seguir luchando por la realización del gran sueño de la interconexión de los océanos Atlántico y Pacífico, que tiene en Acre su punto más estratégico.

Atentamente,

(firma ilegible)  
Senador NABOR JÚNIOR



Senado Federal  
Gabinete del Senador Nabor Júnior  
Anexo II, Ala Ruy Carneiro, Gabinete Nº 01  
70165-900 Brasília-DF

Teléfonos para contacto:  
(61) 311-1478  
(61) 311-4615

SENADO FEDERAL  
Gabinete de la Senadora MARINA SILVA

## **FAX**

**De: JANE MARIA VILAS BÔAS**

Coordinadora General del Gab. Sena. Marina Silva

**Para: RAIMUNDO ANGELIM**

**VASCONSELOS - Jefe  
del Gabinete del  
Gobierno de Acre**

**Fax (061) 323-4969**

**Fecha: 25 de noviembre de 1999**

**Fax: (68) 224-8500**

**Páginas: 01**

Señor Secretario,

Por orden de la Senadora Marina Silva, envío a Ud. para su lectura en la "III Reunión de Integración Física y Transportes Brasil-Perú", el siguiente mensaje de su Excelencia:

"Las autoridades y participantes de la III Reunión de Integración Física y Transportes Brasil-Perú:

A causa de la votación del Informe Final de la Comisión Parlamentaria Mixta de la Pobreza, de la cual soy promotor y Vice Presidente, no pude participar en esa importante reunión. Sin embargo, quisiera felicitar esa iniciativa y desear que la palabra integración tenga un significado pleno en su resultado: que se integre a la geografía de nuestros países, que se integre los pueblos, que interactúen respetuosamente nuestras culturas y que esa unión signifique finalmente también un escudo de protección para la biodiversidad que tenemos en común.

Senadora MARIA SILVA"

Agradezco esta gentileza en nombre de su Excelencia.

Atentamente  
(firma ilegible)

**JANE MARIA VILAS BÔAS**  
Coordinadora General del Gabinete